

A CONQUISTA DA AUTONOMIA PARA A ATIVIDADE FÍSICA: UMA MISSÃO PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Claudio Kravchychyn*

Levino Bertan**

Sônia Maria Vicente Cardoso***

RESUMO: O presente estudo bibliográfico objetivou, a partir das possibilidades que podem ser ofertadas pela Educação Física escolar, discutir a importância da disciplina na formação de cidadãos autônomos para a prática de exercícios físicos. Num primeiro momento, procuramos expor a importância da atividade física regular no cotidiano, bem como localizar o leitor no contexto atual da Educação Física escolar. Em seguida, debatemos os motivos que impedem a disciplina de consolidar sua identidade e legitimidade, estando entre as maiores causas deste fator a prioridade dada aos esportes institucionalizados nas aulas de Educação Física, e, mais que isso, a prática pela prática, dando assim uma característica de fim aos conteúdos esportivos, que, assim como os demais conteúdos, deveriam ser meios para a formação dos alunos. Passamos, após, a discutir a autonomia e sua importância na vida do aluno e do cidadão, transferindo o assunto para o objeto de estudo da Educação Física: o movimento humano. Por último, abordamos a qualidade de vida e a importância de hábitos saudáveis para sua aquisição e manutenção, visto que a conquista da autonomia para a prática de atividades físicas é adquirida a partir de conhecimentos e vivências práticas que promovem a conscientização e capacitação para a melhora da aptidão física. Concluímos que a Educação Física, inserida no campo da Educação, tem a missão de promover a autonomia dos indivíduos quanto à prática de atividades físicas, e que o professor deve procurar alternativas para responder ao apelo da sociedade, que sofre pela inatividade do corpo.

* Docente do curso de Educação Física do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR. E-mail: claudiokrav@cesumar.br

** Docente do programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. E-mail: levinobertan@gmail.com

*** Docente do programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. E-mail: svcardoso@superig.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física escolar; Autonomia; Atividade física.

THE CONQUEST OF AUTONOMY FOR PHYSICAL ACTIVITY: A MISSION FOR THE PHYSICAL EDUCATION CLASS

ABSTRACT: The present bibliographical study aimed, starting from the possibilities that can be presented by Physical Education classes; at discussing the importance of discipline of autonomous citizen's formation for practice of Physical activities. At a first moment, we tried to expose the importance of regular daily physical activity, as well as to locate the reader in the current context of the Physical Education class. Following had been discussed the reasons that impede the discipline to consolidate its identity and legitimacy, being among the biggest causes of this factor the priority given to sports institutionalized in the Physical Education classes and, more than that, the practice as no meaning, giving a characteristic of ending to the sport contents, that as well as the other contents, should be meaningful for the students formation. After that, we discuss the autonomy and the importance in the student and citizen's life, transferring the subject for the object of study of the Physical Education: the human movement. Finally, we approached the life quality and the importance of healthy habits for its acquisition and maintenance, because the autonomy conquest for practice of physical activities is acquired from knowledge and practical experiences that promotes the awareness and capacitating for the improvement of the physical fitness. It was concluded that the Physical Education, inserted in the Education field, has as mission promoting the autonomy of the individuals for physical activities practice and the teacher should seek alternatives to answer the society appeal, which have been suffering of body inactivity.

KEYWORDS: Physical Education class; Autonomy; Physical activity.

INTRODUÇÃO

A atividade física regular é uma necessidade nos dias atuais, visto que as pessoas são afetadas pela automação e pela falta de tempo para

a prática regular de exercícios físicos, fatores agravados pela alimentação inadequada e pelo estresse advindo da sobrecarga de trabalho. Assim, a inatividade física vem sendo encarada como um problema de saúde pública, geradora de várias doenças crônico-degenerativas.

Quando nos referimos à atividade física, incluímos aqui os esportes sistemáticos e as atividades de academia (considerados como “treinamento”), as caminhadas urbanas (em alta atualmente), os esportes de lazer (realizados no tempo livre) e até mesmo as atividades do dia-a-dia (serviços domésticos, subir escadas, apanhar e transportar objetos, etc) - enfim, toda a gama de atividades humanas ligadas ao movimento, as quais interferem na saúde das pessoas de todas as idades e, conseqüentemente, em sua qualidade de vida.

Segundo Guedes e Guedes (1998), não basta apenas não estar doente para se ter saúde, é preciso apresentar evidências ou atitudes que afastem ao máximo os fatores de risco que possam provocar as doenças.

Entendido, então, que o “movimentar-se” tem vital importância na vida cotidiana, cabe aqui o questionamento crucial: a população conhece suas necessidades, suas possibilidades e suas limitações para a prática de exercícios físicos?

Se a função primordial da escola é educar para a vida, cabe também aqui uma segunda indagação, baseada no pensamento freiriano, feita por Ruiz e Bellini (1998, p. 98): “a educação é para homem-objeto ou para homem-sujeito”?

Assim, repensando a Educação Física escolar, poderíamos perguntar: a Educação Física e seus conteúdos servem às necessidades dos alunos ou à garimpagem de talentos esportivos? “Para que” utilizamos os conteúdos vistos durante os onze anos de estudo deste componente curricular no ensino básico?

Tal quadro nos apresenta uma disciplina que deve ter entre suas funções a de contribuir para a autonomia dos indivíduos, estimulando e capacitando-os para a prática regular de atividades físicas para a melhora e manutenção de sua capacidade funcional. Santin (2003) afirma que é através do seu corpo que o ser humano interage com o mundo.

Diante do exposto, o objetivo do presente estudo bibliográfico é discutir, a partir das possibilidades que podem ser ofertadas pela Educação Física escolar, a importância da disciplina na formação de cidadãos autônomos para a prática de exercícios físicos.

Para tanto, faz-se necessário, inicialmente, que realizemos uma abordagem da disciplina e sua importância na escola. Em seguida,

procuraremos abordar o termo “autonomia” sob o enfoque pedagógico. Finalmente, pretendemos elucidar o que pode significar a conquista da autonomia para exercícios físicos pelo educando, colocando a disciplina Educação Física ministrada no ensino básico como o principal instrumento para essa conquista.

2 IDENTIDADE E LEGITIMIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Para iniciarmos nossa discussão sobre este complexo tema, é necessário atrelar o nosso questionamento ao assunto específico deste trabalho, questionando: como é possível se ensinar quando o conteúdo é mais importante que a pessoa?

Isso se torna aqui pertinente, uma vez que ainda hoje nos deparamos, em nossa prática, com situações excludentes e discriminatórias que correm o grande risco de passar despercebidas pelos professores. Por exemplo, um aluno que “não gosta” de jogar voleibol e é autorizado pelo professor a apenas assistir à aula ou a fazer um relatório de seu desenvolvimento (talvez como castigo) é excluído e estimulado à não-prática. Isso pode ser confortável para o professor, pois um aluno com menor habilidade pode “atrapalhar” o jogo, e ao mesmo tempo ficar fora da prática “satisfaz” o aluno que não quer participar. Assim, o conteúdo passa a ser mais importante que a pessoa.

Ao contrário, o conteúdo esportivo exemplificado acima deve ser explorado pelo professor como algo passível de ser modificado para atender às possibilidades participativas dos alunos – além, é claro, dos objetivos da aula, uma vez que o conteúdo esportivo deve ser *meio*, e não *fim* – e assim, tornar-se mais atrativo para todos. É preciso reconstruir o conteúdo, promover o “fazer juntos”, o “co-participar”. Como afirma Hildebrandt-Stramann (2004, p. 76), “a Educação Física tem, como meta, o melhor desenvolvimento de todos os alunos. O seu interesse não se dirige para alguns pouco talentosos, mas sim para qualquer aluno. Todos têm o mesmo direito”.

A posição acima exposta deve ir além da simples mudança de atitude em função de uma corrente, de uma imposição contextual. A mudança de atitude deve ter sua base na ética, que, segundo Freire (1996), é inseparável da prática educativa, mas é afrontada na manifestação discriminatória. Freire diz ainda, na mesma obra, que “é por esta ética

inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, com jovens ou com adultos, que devemos lutar” (1996, p. 17).

Desta forma, a Educação Física, que já foi considerada uma atividade à margem do currículo escolar, passa, há mais de duas décadas, por uma crise de identidade. No início dos anos 1980, a exacerbação do tecnicismo, centrado em práticas desportivas nas aulas da disciplina dentro da escola, conduziu a área da Educação Física a profundas reflexões e debates, na busca de uma maior humanização.

Um retrato do panorama da Educação Física brasileira da época foi apresentado na obra do professor João Paulo Subirá Medina, *A Educação Física Cuida do Corpo ... e “mente”* (do verbo mentir). Curiosamente, tal obra permanece atual, tendo sido consultada, para este estudo, em sua 19ª. edição. O condicionamento de ações presente na Educação Física pode ser assim sentido:

Contrariar os valores estabelecidos é sempre uma temeridade. Constitui-se em um eterno risco. E nem sempre as pessoas estão dispostas a enfrentar tais situações. O panorama brasileiro pode ser visto dentro deste enfoque. A predisposição ao conformismo é algo característico entre nós. No geral, assumem-se posições totalmente descompromissadas com os caminhos que deveríamos tomar coletivamente. Vivemos desempenhando falsos papéis (MEDINA, 2004, p. 21).

Segundo Martins Junior (1998), Educação Física significa, etimologicamente, educar pelo físico (e não educar o físico). O mesmo autor acrescenta que educação é um termo que vem desde a Grécia, e quer dizer *preparar o homem para a vida*, e que, assim sendo, esta preparação deveria atingir todas as formas de atividade desenvolvidas pelo homem.

Conforme a nova LDB nº 9.394/96, a Educação Física passa a ser um componente curricular no processo educacional, e não mais uma atividade paralela dentro da escola. Em suma, passa a possuir as mesmas atribuições das demais disciplinas, fato que implica em um novo entendimento sobre o processo formativo (BRASIL, 1996).

Gasparin (2003) alerta para a possibilidade de a escola, hoje, não estar acompanhando as mudanças da sociedade atual e que, por isso, deve ser questionada, criticada e modificada para enfrentar novos desafios.

Para tanto, afirma o autor que os conteúdos escolares devem ser questionados quanto à sua finalidade social, ou seja, eles devem ser aplicáveis, teórica e praticamente, ao dia-a-dia do educando.

Filósofos da educação como Freire (1996), Gasparin (2003), Saviani (2005), ou educadores físicos como Martins Junior (1998), Kunz (2001) e Oliveira (2004b), embora por vezes discordem ideologicamente, convergem seus estudos para uma concordância indiscutível: os conteúdos escolares devem ser carregados de sentido e regulação, ou seja, devem “servir para a vida” do educando, bem como devem aumentar em complexidade ao logo dos anos vividos na escola, culminando com sua utilização efetiva no cotidiano.

Se isso acontece, a Educação Física adquire identidade, pois tem clara a função de “o que”, e “como” ensinar. Tem também legitimidade, pois é estabelecido “por que” ensinar.

3 A AUTONOMIA SE CONQUISTA NA ESCOLA

Após as considerações feitas acerca da Educação Física escolar, procuraremos abordar a essência do nosso estudo, a autonomia.

A autonomia é impossível sem o conhecimento, como nos diz Rousseau (1989, p. 41):

[...] todos os progressos da espécie humana distanciam-na cada vez mais de seu estado primitivo, quanto mais acumulamos novos conhecimentos, tanto mais nos privamos dos meios de adquirir o mais importante de todos, e que é, de certa forma, a capacidade de conhecê-lo.

Podemos, assim, considerar que a aquisição da autonomia passa pelo conhecimento sobre tudo que nos cerca, mas, essencialmente, pelo autoconhecimento. Ou seja, a partir do nosso desejo de realizar, devemos conhecer as nossas possibilidades reais de realização.

Autonomia, em uma primeira instância, pode nos dar uma idéia de superioridade ou de não-dependência de coisa alguma; contudo, somos seres inacabados, e sob tal prisma, Freire (1996) nos traz a idéia de que a autonomia deve estar atrelada a princípios éticos, tanto na busca de nossa própria autonomia quanto no respeito à autonomia dos outros.

Luckesi (1994) afirma que a escola nasceu de uma necessidade do processo social, à medida que este se tornou mais complexo, sendo

eleita pela sociedade como o principal local de educação e instrução de novas gerações.

O papel do professor neste processo vai além da transmissão, é preciso que ele crie possibilidades para a produção e construção de conhecimentos (FREIRE, 1996). O professor deve ajudar na construção de conhecimentos que tornem os alunos cada vez mais autônomos, à medida que lhes sejam concedidas oportunidades de co-autoria e co-participação no processo educativo (RUIZ; BELLINI, 1998).

Ressalta Saviani (2005), reforçando o pensamento exposto até aqui, que a contribuição do professor para a instrumentalização do aluno - necessária à autonomia - será tanto mais eficaz quanto mais o professor for capaz de compreender os vínculos de sua prática com a prática global, e ocorrerá através da problematização da prática social.

4 O CONHECIMENTO SOBRE O CORPO E SUAS POSSIBILIDADES: UMA BUSCA FUNDAMENTAL DO SER HUMANO

Freire (1996) afirma que a ideologia dominante insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social, que, de histórica e cultural, passa a ser “quase natural”, só restando ao educando a adaptação a esta realidade, que não pode ser mudada.

Tal afirmação deve incomodar a nós, educadores, uma vez que diz respeito ao fracasso de nossa missão de formar indivíduos críticos, autônomos e capazes de mudar a realidade social.

Contra uma concepção da escola como lugar de conservadorismo, de inércia, de rotina e de sujeição, Vago (1999, p. 17) aponta a escola como “lugar de organização e produção de uma cultura específica e de professores, de alunos e da comunidade envolvida como sujeitos praticantes e produtores dessa cultura”.

Especificamente em relação à Educação Física, o mesmo autor acima citado diz:

[...] o desafio permanente é produzir uma cultura escolar de Educação física que mobilize práticas que afirmem valores e sentidos que ampliem a cidadania emancipada – causa, condição e consequência de uma prática educativa. Há que se cuidar aí, e de modo especial, para que não seja desprezada a cultura originária dos alunos,

mas problematizada e tomada como fonte de conhecimento (VAGO, 1999, p. 26).

A imposição de conteúdos sem levar em consideração a realidade vivida pelos educandos parece ferir o princípio da autonomia, visto que caracteriza uma busca pela instrumentalização para a prática fora da escola que, efetivamente, não acontecerá. Como exemplo de tal imposição, é impossível não retomar a discussão sobre os esportes institucionalizados, cujos conteúdos ainda são hegemônicos na Educação Física escolar (KUNZ, 1991; PEREIRA, 2000; MATTOS ; NEIRA, 2000; CAMPOS, 2002; BETTI ; ZULIANI, 2002; MEDINA, 2004; MORENO; MACHADO, 2006).

Tais conteúdos não devem ser rejeitados, dada a sua importância como cultura corporal, haja vista que os espaços para a prática de exercícios físicos, tanto na escola quanto em locais de lazer públicos, clubes e associações e outros, em sua maioria, são constituídos de quadras poliesportivas e campos de futebol; contudo devem ser repensados e reestruturados, pois o ser humano “é ser prático, a todo tempo é absorvido pela cultura e ao mesmo tempo cria valores para esta cultura” (MOREIRA; CARBINATTO, 2006, p. 130).

Cabe, assim, às instituições de ensino e aos professores, a inclusão em seus planejamentos de outros conteúdos importantes para a formação do cidadão. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, atendendo à nova realidade, retiraram a prioridade absoluta dada ao esporte nas aulas de Educação Física (quando atividade paralela) e oferecem novas propostas de conteúdos e de enfoque metodológico, sugerindo a divisão dos conteúdos da Educação Física escolar em três blocos, assim designados: esportes, jogos, lutas e ginásticas; atividades rítmicas e expressivas; conhecimentos sobre o corpo (BRASIL, 1998).

Não obstante, a simples inclusão de conteúdos não será significativa. Um componente curricular com seu conteúdo específico justifica-se na medida em que contribui, enquanto parte, para que os alunos se apropriem de uma totalidade de conhecimentos que lhes possibilite a leitura crítica do mundo que os cerca. O ensino da Educação Física somente se justifica se contribuir, enquanto parte, para a compreensão da realidade como totalidade (SOARES; TAFFAREL; ESCOBAR, 1999).

Bunales (2002, p. 74) afirma que

o saber só emancipa se permite o questionamento e reconstrução incessante, só

então ocorre a adaptação a novas situações, e isso é particularmente necessário nesta nova época, em que avançamos com extrema rapidez.

É importante possibilitar ao educando as condições para que a compreensão teórica se traduza em ato, uma vez que a prática transformadora é a maior evidência da compreensão da teoria (GASPARIN, 2003).

Assim, a autonomia acontecerá na medida em que os conhecimentos adquiridos pelo educando lhe possibilitarem uma prática consciente e segura de exercícios físicos, bem como a noção de qualidade na hora da procura pela ajuda profissional. Autonomia gera poder de decisão.

Pretendemos elucidar a essência do exposto até o momento à luz de Freire (1996, p. 29), que afirma: “percebe-se a importância do educador, o mérito da paz com que vive a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo”.

5 UTILIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA: CAMINHO PARA A CONQUISTA DE UMA BOA QUALIDADE DE VIDA

Qualidade de vida é um termo muito utilizado nos dias atuais, e sua amplitude acaba por dotar tal expressão de dificuldade de conceituação e definição.

Gonçalves e Vilarta (2004, p. 28) listam alguns elementos que estariam presentes na maioria das opiniões entre pessoas da mesma comunidade: segurança, felicidade, lazer, saúde, situação financeira estável, família, amor e trabalho, encontrando um conjunto de elementos relacionados ao termo qualidade de vida, os quais incluem:

- * Aspectos culturais, históricos e de classes sociais;
- * Conjunto de condições materiais e não-materiais;
- * Diferenças por faixas etárias;
- * Condições de saúde das pessoas ou de uma comunidade.

Podemos dizer que em todos os elementos apresentados se fazem presentes aspectos relacionados com a atividade física. Cabe aqui relacionar os procedimentos sugeridos para a estruturação curricular da Educação Física escolar, apontados por Oliveira (2004a, p. 254):

- * Ampliação dos sentidos e significados das *experiências corporais* (manifestação da cultura corporal) para além de suas estruturas básicas e atendendo às subjetividades dos participantes;
- * O *suporte social* com apresentações de situações e possibilidades de enfrentamento das adversidades diárias, a fim de contribuir na superação das limitações sociais impostas pela macroestrutura social;
- * Capacitação em relação ao *tema saúde* no enfoque de prevenção e da constituição de hábitos saudáveis com vistas à adoção de condutas e práticas positivas sobre a vida e seus fatores estressores;
- * Aspectos relacionados à *maneira de viver*, pois tem direta relação com a constituição de um posicionamento positivo frente a todas as adversidades que temos no percurso de nossas vidas.

Para Guedes (1999), a principal meta dos programas de Educação Física escolar voltados para a saúde é a aquisição da prática da atividade física, devendo ser oferecidas aos alunos informações necessárias e vivências práticas para que eles entendam o porquê de se manter ativo ao longo de sua vida.

Vale aqui dizer que, a exemplo de considerações feitas anteriormente neste estudo, quando apontamos os blocos sugeridos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, são várias as possibilidades de movimento dentro da gama de conhecimentos – inclusive interdisciplinares – e de aptidões a serem desenvolvidos na Educação Física escolar.

6 CONCLUSÃO

Nosso estudo foi realizado dentro de uma corrente atual que envolve não só a Educação Física, mas a educação como um todo, que procura dar significância aos conteúdos contemplados na educação básica atendendo à função primordial da escola, que é educar para a vida.

A partir de uma consulta a obras de autores pertencentes a várias correntes filosóficas, da área da Educação e especificamente da área da Educação Física, pudemos chegar a algumas conclusões importantes.

A Educação Física é uma rica área de estudos específicos e interdisciplinares, e possibilita vivências práticas motivadoras e participativas que podem suprir não só a falta de movimento, mas também a falta de relações humanas mais próximas e duradouras.

A autonomia, de forma mais geral, está vinculada não só à vontade de um indivíduo, ou à sua liberdade de ir e vir, mas também, e, sobretudo, à capacidade adquirida de superar situações limitadoras. A aquisição de conhecimentos úteis para a vida é, assim, promotora da autonomia.

No caso das atividades físicas, a autonomia para sua prática pode e deve ser conquistada prioritariamente nas aulas de Educação Física. Ao professor cabe planejar os conteúdos de forma a estimular as atividades físicas esportivas, recreativas e sistemáticas (programas de exercícios para melhora da aptidão física), que dizem respeito à cultura corporal. Cumpre-se assim o papel formativo e informativo da disciplina.

A responsabilidade social do professor de Educação Física na escola vem sendo amplificada, uma vez que a inatividade física vem sendo, a cada dia que passa, encarada como um problema de saúde pública. Transformar a nossa Educação Física escolar – missão tão debatida, mas pouco assumida e praticada – passa a ser uma necessidade urgentíssima. É preciso sair da “zona de conforto”. A Educação Física será tanto mais valorizada na escola e na sociedade quanto mais o professor se conscientizar de sua responsabilidade. Os futuros cidadãos, autônomos, ativos e saudáveis, agradecerão...

REFERÊNCIAS

BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, n. 1, ano I, p. 73-81, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, DF: MEC/SEF: 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física**. Brasília, DF: MEC/SEF: 1998.

BUNALES, R. Saberes e Cidadania na Cidade. In: APAP, G. (Org.) **A construção dos saberes e da cidadania**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CAMPOS, A. P. As ideologias da educação física escolar brasileira: barreiras à consolidação de novas abordagens. **Revista Motus Corrporis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 63-73, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.** Campinas: Autores Associados, 2003.

GONÇALVES, A.; VILLARTA, R. **Qualidade de vida e atividade física: explorando teoria e prática.** Barueri: Manole, 2004.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. **Exercício físico na promoção da saúde.** Londrina: Midiograf, 1998.

GUEDES, D. P. Educação para a saúde mediante programas de Educação Física Escolar. **Revista Motriz**, v. 5, n.1, p. 10-14, 1999.

HILDEBRANDT-STRAMANN, R. Quais os rumos da Educação Física? In: KUNZ, E.; HILDEBRANDT-STRAMANN, R. (org). **Intercâmbios Científicos Internacionais em Educação Física.** Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

KUNZ, Elenor. **Educação Física: ensino e mudanças.** Ijuí: Unijuí, 1991.

_____. **Didática da Educação Física.** Ijuí: Unijuí, 1998.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINS JUNIOR, J. Reflexão: O corpo e o movimento na história do homem. **Revista O Professor**, Coimbra, n. 62, série III, p. 40-45, 1998.

MATTOS, M. G.; NEIRA, M. C. **Educação física na adolescência: construindo o conhecimento na escola.** São Paulo: Phorte Editora, 2000.

MEDINA, J. P. S. **A Educação física cuida do corpo e... “mente”.** 19. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

MOREIRA, W. W.; CARBINATTO, M. V. Bases epistemológicas, a Educação Física e o esporte: possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 20, p. 129-130, 2006.

MORENO, R. M.; MACHADO, A. Re-significado do esporte na Educação Física: uma perspectiva crítica. **Revista Movimento & Percepção**, Espírito Santo de Pinhal, v. 6, n. 8, p. 128-149. 2006.

OLIVEIRA, A. A. B. O Tema Saúde na Educação Física Escolar. In: KUNZ, E.; HILDEBRANDT-STRAMANN, R. (org). **Intercâmbios Científicos Internacionais em Educação Física**. Ijuí: Editora Unijuí, 2004a.

_____. Planejando a Educação Física Escolar. In: VIEIRA, J. L. L. (org). **Educação Física e Esportes**: estudos e proposições. Maringá: EDUEM, 2004b.

PEREIRA, F. Ensino Médio, Educação Física e conhecimento. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 32-54, 2000.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e desigualdade entre os homens**. São Paulo, Ática, 1989.

RUIZ, A. R.; BELLINI, L. M. **Ensino e conhecimento**: elementos para uma pedagogia em ação. Londrina, Editora UEL, 1998.

SANTIN, S. **Educação Física**: uma abordagem filosófica da corporeidade. Ijuí: Unijuí, 2003.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2005.

SOARES, C. L.; TAFFAREL, C. Z.; ESCOBAR, M. O. A Educação Física Escolar na Perspectiva do Século XXI. In: MOREIRA, W. **Educação física & esportes**: perspectivas para o século XXI. Campinas, Papyrus, 1999.

VAGO, T. M. Intervenção e Conhecimento na Escola: Por uma Cultura Escolar de Educação Física. In: GOELLNER, S. V. (org). **Educação Física / Ciências do Esporte**: intervenção e conhecimento. Florianópolis: CBCE, 1999.